

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA ITAIPU BINACIONAL

ROCHA CONTROLS MONTAGEM E SERV. ESPECIAL. EM SIST. DE SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.417.648/0001-72, com sede no S.I.A Trecho 03, Lote 625/695, Bloco C, Sala 217 – SIA Centro Empresarial – CEP 71200-030, devidamente representada por sua representante legal infra assinada, vem perante Vossa Senhoria, nos termos do, Art. 12, §1º do Decreto 3.555/2008 e Art. 24 do Decreto nº 10.024/2019 não se conformando com parte do Edital Pregão Eletrônico Nacional NF 0307-22, apresentar, tempestivamente, a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

do procedimento licitatório **Pregão Eletrônico Nacional NF 0307-22** para **IMPLANTAÇÃO E READEQUAÇÃO DE SISTEMA DE DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO POR GÁS FM200 NO PRÉDIO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA ITAIPU**, com a finalidade e objeto de **selecionar a proposta comercial mais vantajosa para a implantação, instalação e readequação, pela CONTRATADA, de sistema de detecção e combate a incêndio do Fabricante SIMPLEX por gás FM200, incluindo fornecimento de componentes, acessórios e a configuração de sistemas para o edifício do Centro de Documentação da ITAIPU, em Foz do Iguaçu – PR**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

I – TEMPESTIVIDADE

Nos termos do disposto no item **2.22.1** do Edital do Pregão Eletrônico Nacional NF 0307-22 qualquer interessado poderá impugnar o CBC em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

Desse modo, a presente **IMPUGNAÇÃO** é plenamente tempestiva, uma vez que o prazo de protocolo do presente pedido (**13/04/2022**) é anterior a **dois** dias úteis contados antes da data fixada para recebimento das propostas, qual seja, de acordo com o item **1.3.4 Recepção das propostas: 19/04/22**. Razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

II – DOS FATOS

A IMPUGNANTE, empresa conceituada no ramo de montagem e serviços especializados em automação, detecção e alarme de incêndio a nível nacional, tomou conhecimento do Edital do Pregão Eletrônico Nacional NF 0307-22 **para implantação e readequação de sistema de detecção e combate a incêndio por Gás FM200 no prédio do centro de documentação da Itaipu**.

Em análise às exigências do Edital composto pelo Caderno de Bases e Condições (CBC) e todos seus Anexos, notou a IMPUGNANTE que ele possui, nos itens relativos às especificações técnicas, algumas impropriedades que restringem a competição de modo estrito, sem justificativa técnica.

III – DO DIREITO

O ordenamento jurídico pátrio ao regulamentar o procedimento licitatório o sujeitou aos princípios estabelecidos no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, a seguir transcrito:

Art. 37. “...”.

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que

estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica econômica indispensável à garantia do cumprimento da obrigação.

O art. 3º, da Lei 8.666/93 complementa disposto no dispositivo supramencionado acrescentando que

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Assim como também prelecionado na Lei 14.133/2021 em seu

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, **da igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

De acordo com o Art. 11 da mesma Lei 14.133/2021, é objetivo assegurar um tratamento isonômico entre os licitantes.

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I – assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II – assegurar **tratamento isonômico** entre os licitantes, bem como a justa competição;

Desse modo, os dispositivos legais mencionados elucidam que dentre os princípios constitucionais que a licitação deve obedecer estão o da **isonomia** e o da **igualdade de condições** a todos os concorrentes. No entanto, o Edital do procedimento licitatório afronta diretamente tais princípios **estabelecendo requisitos que podem favorecer determinadas empresas.**

Vale consignar que os incisos I e II do Art. 9º da Lei 14.133/2021 vedam o estabelecimento de situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, assim como veda o tratamento diferenciado de natureza comercial. Vejamos o texto do referido dispositivo, *in verbis*:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório**, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II – **estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial**, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional; **(Grifos nossos)**

É também assegurado o princípio da igualdade e da competitividade na Norma Geral de Licitação (NGL) de Itaipu Binacional:

Art. 2º Os princípios básicos que regem os processos e procedimentos disciplinados nesta Norma são os da **igualdade ou isonomia**, da legalidade, da moralidade, da probidade, da impessoalidade, da razoabilidade e proporcionalidade, da economicidade, da **competitividade**, da celeridade, da publicidade, da ampla defesa e do contraditório, da eficiência administrativa, bem como aqueles princípios que lhes são correlatos e, para as licitações, prevalecerão, ademais, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Assim é imprescindível a aplicação do item **2.8.1** do Edital em questão que assevera que “*As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.*”

IV – DO MÉRITO

A IMPUGNANTE traz à luz o **Item 4.3** do **NF 0307-22 Anexo I – Especificações Técnicas do Caderno de Bases e Condições (CBC)**:

4.2. O sistema de detecção de incêndio a ser instalado e configurado pela CONTRATADA será gerenciado por um painel de alarme de incêndio do fabricante SIMPLEX. Sendo assim, o funcionário da CONTRATADA responsável pela realização dos serviços deverá ser **certificado pelo fabricante SIMPLEX** para, pelo menos, um dos seguintes modelos de painéis de incêndio: 4010ES e/ou 4100ES.

4.3. O sistema de combate a incêndio a ser integrado ao sistema de detecção que será configurado pela CONTRATADA, foi implantado com equipamentos do fabricante Fike, com gás FM200. Sendo assim, **o funcionário da CONTRATADA responsável pela realização dos serviços de integração e readequação deverá ser certificado pelo fabricante Fike para soluções com gás FM200.**

4.4. A CONTRATADA deverá comprovar as certificações exigidas pelos itens 4.2 e 4.3 por meio da apresentação do certificado original, ou sua cópia autenticada, nominal ao(s) técnico(s) responsável(is) pelos serviços informados no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias após a Ordem de Início dos Serviços (OIS). A CONTRATADA não será autorizada a realizar serviços sem a apresentação dos certificados.

Não se justifica a exigência do Edital em solicitar uma certificação pelo **fabricante Fike** para soluções com gás FM200 para que o funcionário da CONTRATADA execute serviços de integração e readequação, pois ora, tal exigência pode ser compreendida como mera eliminação de concorrência, ou quiçá, favorecimento direcionado a algum licitante.

A atuação com os equipamentos Fike, elencados no Edital, são itens meramente mecânicos, de conexões, vasos de pressões, atuadores elétricos, que trazem em suas especificações baixa complexidade de atuação, habilidades típicas à comprovação de habilitação comum de um engenheiro mecânico, que podem fartamente e satisfatoriamente serem atestadas por meio de um **Atestado de Capacidade Técnica**, não sendo necessária uma certificação específica para que um engenheiro já habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) trabalhe com aqueles itens mecânicos. Em uma analogia simples, seria como que exigir que o engenheiro mecânico tenha a certificação Tupi (marca de dutos) para instalação de uma tubulação de aço carbono.

Serviços referentes ao Sistema FM200 da Fike são mínimos, basicamente se resumem a pequenas adequações e interligações. O grande escopo do serviço é a instalação do sistema de detecção e interligação ao Sistema de Combate e Sistema de Detecção VESDA, desse modo, é irrisório, diante do escopo do serviço, objeto do presente Edital, exigência de tal certificação (certificação pelo **fabricante Fike** para soluções com gás FM200) dado que o sistema de gás FM200 já se encontra instalado, precisando apenas de algumas adequações. O fabricante Fike não é empresa com exclusividade comercial e técnica para instalação do Gás FM200, havendo no mercado diversos fabricantes como Kidde, 3M, entre outros. O fabricante Fike, inclusive, não tem mais estabelecimento físico no Brasil.

Não é cabível a associação de um ente de direito internacional público a um fabricante como a Fike, que trata-se de ente privado, e este fabricante ser aquele que irá determinar quem está capacitado a prestar o serviço objeto da licitação, mediante a certificação para atuar com equipamentos que são tão simples. Por isso a razão de existir o Atestado de Capacidade Técnica, para se afastar dos processos licitatórios amarrações exacerbadas e sem justificativas técnicas, direcionadas à habilitação de uma empresa participante da licitação em específico. O tipo de serviço elencado para atuação com os equipamentos do Sistema FM200 pode ser facilmente comprovado por meio de Atestado de Capacidade Técnica do Engenheiro ou, até mesmo, por meio da grade curricular formal, acadêmica de um curso de Engenharia Mecânica.

Assim, uma empresa licitante autorizada, qualificada e extremamente experiente a instalar sistemas de combate e equipamentos de detecção e alarme de incêndio, certamente estará apta a demonstrar a aptidão para prestar o serviço e atuar em itens com baixa complexidade tais quais os equipamentos Fike (tubulações, conexões, mangotes, válvulas de pressão, atuadores elétricos, atuadores mecânicos) mediante a apresentação de seus Atestados de Capacidade Técnica.

Desse modo, o **item 4.3 ora impugnado**, como demonstrado, não deve permanecer no Edital por limitar e restringir o processo competitivo de forma injustificada.

Diferentemente trata-se da exigência da certificação da **Central Simplex** e do **Equipamento VESDA**, que são equipamentos de alta tecnologia que necessitam de habilidades técnicas específicas de seus fabricantes, ofertadas por meio de treinamentos direcionados àqueles equipamentos, cujas **certificações** são próprias de operação, manutenção, instalação de equipamentos de alta complexidade operacional.

Aliás, a IMPUGNANTE traz em evidência a desproporcionalidade apresentada no Edital em que há a exigência de **certificação para itens mecânicos simples** como os equipamentos do fabricante Fike e **não há** descritivo da mesma exigência de certificação para atuar na instalação e configuração do **Painel VESDA, item 1.2 do Anexo II – Orçamento Estimado**, que possui alta complexidade operacional, exigência de treinamento, software próprio do painel e certificação própria para

execução dos cálculos, de modo diverso do sistema da Fike que é um sistema mecânico. Certificação esta que deveria ser exigida para o equipamento:

1.2 – Instalação e configuração do painel VESDA, com o fornecimento dos acessórios necessários

Não obstante o poder discricionário da Administração para impor a qualificação técnica necessária aos competidores, as exigências estão claramente exageradas em um ponto e demasiadamente frouxas em outros pontos.

Fica claro, portanto, que o Edital não pode trazer formalidades exacerbadas e exigências desnecessárias, que prejudiquem o caráter competitivo do certame, bem como a isonomia do procedimento licitatório, vindo a acarretar numa escolha que não necessariamente será a mais vantajosa à Administração.

Resta que a exigência de certificação de item desnecessário é inadmissível, indicando o intuito de restringir o universo de licitantes e frustrar o principal objetivo do procedimento licitatório que é a competição justa e igual entre os participantes, **podendo estar a favorecer, caso não haja a retirada do item 4.3 do Edital, concorrentes específicos.**

V- DOS PEDIDOS

Ante o exposto, **REQUER** acatamento à presente impugnação ao **Edital do Pregão Eletrônico Nacional NF 0307-22**, nos termos acima expostos, para:

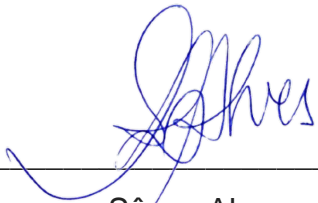
- 1- **Corrigir**, de modo a **excluir** a exigência de Certificação Fike, conforme consta no item 4.3 do Anexo I – Especificações Técnicas do CBC;
- 2- **Incluir** novo subitem no item 4 do Anexo I – Especificações Técnicas do CBC, que **exija Certificação VESDA** para atuar com equipamento VESDA;
- 3- Corrigir o ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que comprometa todo o procedimento que se iniciará, conferindo ainda, efeito suspensivo, adiando-se a sessão para data posterior à solução dos problemas ora delineados.

- 4- Caso não seja corrigido o instrumento convocatório nos pontos evidenciados, seja mantida a irresignação da ora IMPUGNANTE, para posterior juízo.

E, dessa forma, sanar todos os vícios indicados mantendo a lisura e igualdade de competição no referido procedimento licitatório, e em consequência, o objetivo precípua da licitação.

Termos em que,
pede deferimento.

Brasília-DF, 13 de abril de 2022.



Sânya Alves
OAB/DF 46.456